

OS CONDICIONANTES HISTÓRICOS DA MIGRAÇÃO PARA GOIÁS NA DÉCADA DE 1930

*Gilberto Silva Brandão**

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar os condicionantes históricos da migração para Goiás na década de 1930. Destaca como aspectos fundamentais o processo desigual e contraditório da expansão capitalista no Brasil, bem como o ideário de modernidade/progresso aventado pelo mesmo, tendo na Marcha para o Oeste e no desenvolvimento do Planalto Central os aspectos ideológicos necessários para sua expansão que se materializou por meio da construção de cidades capitais. Goiânia ao surgir no bojo desse discurso tinha como idealização política o povoamento do interior do país. Ao veicular um discurso modernizador, muitos deixaram suas regiões de origem e migraram para Goiás, principalmente no período de construção na nova capital.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo. Modernidade. Migração nordestina. Goiás.

ABSTRACT: This study aims to analyze the historical determinants of migration to Goiás in the 1930s stands out as fundamental aspects uneven and contradictory process of capitalist expansion in Brazil as well as the ideas of modernity / progress mooted by the same, taking march to the West and in developing the Central Plateau ideological aspects necessary for their expansion materialized by building capital cities. Goiania to emerge in the wake of this speech had a policy of idealization the settlement of the countryside. To serve a modernizing discourse, many have left their region of origin and migrated to Goiás, especially in the construction period in the new capital.

KEYWORDS: Capitalism. Modernity. Northeastern migration. Goiás.

INTRODUÇÃO

A cultura europeia tem como ideal de moderno, tudo aquilo que se pareça com a sua forma de ver, entender e agir sobre o mundo, logo esse modelo era tido como bom e almejável. Carregados então deste pensamento, tudo que encontrassem que não se parecesse com a Europa, era visto com maus olhos e associado ao oposto de ideal ou bom.

Tendo então os ideais europeus de modernidade se expandido mundo afora, houve uma crescente onda de equiparar as realidades ao que era visto como bom. Neste sentido o

*Acadêmico concluinte do curso de Licenciatura em História da Faculdade Alfredo Nasser, 2015.

século XX foi palco de eventos “modernizastes” que se empenhavam em construir o ideal de modernidade, progresso para as mais remotas regiões do globo. O Brasil, país de dimensões continentais não ficou inerte a esse processo.

A expansão capitalista foi impulsionadora desse processo, tornando-se de suma e fundamental importância para compreender o processo que levou a necessidade de ocupação do planalto central do qual a Marcha para o oeste foi o seu grande incentivador. Desde sua gênese esse novo sistema impulsionou mudanças que alteraram a estrutura de organização de vários grupos sociais.

A torrente de modernidade e progresso também chegou ao estado de Goiás sobre a ótica da transferência da capital para a planejada Goiânia, projeto esse apresentado por Pedro Ludovico Teixeira pouco tempo depois de assumir o poder, com o apoio de Getúlio Vargas. Tendo como principal objetivo promover o povoamento no interior do Brasil e o desenvolvimento econômico/sociocultural de suas respectivas regiões com aguçado teor modernizante.

Antes de se tornar uma realidade, foi preciso que a nova capital fosse planejada, moderna não apenas para representar e inaugurar a era moderna que se instaurava no Brasil do século XX, mas despertar nos grupos sociais o interesse por uma região que se colocava por meio do discurso como a nova senda do desenvolvimento nacional. As bases para o povoamento do interior do Brasil estava posta.

O presente artigo discute a emergência dos condicionantes históricos da migração para Goiás a partir da década de 30. Nessa direção, capitalismo, urbanismo, modernidade, e Marcha para o Oeste, constitui elementos fundamentais na análise realizada, mesmo ambos não sendo discutidos separadamente no texto. A metodologia adotada consiste na pesquisa de revisão bibliográfica, está possibilitou compreender os condicionantes históricos que influenciaram a ocupação do Planalto Central a partir da ideia de modernização que encontra na construção da nova capital a sua grande força.

Trabalho está dividido em duas partes, na primeira aborda-se a estruturação capitalista e com a construção do ideário de modernidade no Brasil. A segunda intitulada urbanização e o ideário de nação: o progresso dentro da ordem encontra-se subdividida pelo item Marcha para o Oeste e o desenvolvimento do Planalto Central.

1. Estruturação capitalista e a construção do ideário de modernidade no Brasil

Antes de explanar sobre a expansão capitalista é de suma e fundamental importância descrever sua gênese. Falar sobre transição é tratar não apenas de mudanças abruptas. Logo, falar sobre a gênese do capitalismo implica mencionar que este foi extremamente longo e com várias etapas, se caracteriza como uma transição de pensamento, de prática econômica e também socioculturais estruturadas na Europa; para o objetivo do texto centrar-se a mais especificamente no processo Inglês.

O sistema de organização socioeconômica que antecedeu o capitalismo denomina-se feudalismo, caracterizado pela descentralização política, economia agrária e forte influência da igreja sobre a vida social. Esse sistema político, econômico, social e cultural típico da Europa passou a incomodar certas esferas da sociedade que ambicionavam por mudanças. Logo, burguesia, artesãos e intelectuais deram início ao que mais tarde ficaria conhecido como renascimento cultural.

Esses grupos, com maior destaque para a burguesia, aproveitando-se da crise do feudalismo, almejavam outro sistema de organização que pudesse acentuar, com muito mais força, o reinício das transações mercantis. As fragilidades do feudalismo deram origem, ainda muito cedo, a sucessivas crises que levaram a necessidades de mudanças, que culminariam em um novo modelo de organização socioeconômica, de início denominado mercantilismo.

Pode-se dizer que o mercantilismo foi à fase final de estruturação do sistema capitalista. Enquanto estrutura mais ampla, se opunha não somente ao feudalismo, mas a todo um modelo de organização até então estabelecido desde a queda do Império Romano. O resultado de tal processo pode ser visualizado em diversas áreas, no entanto, o aspecto de maior visibilidade teve sua materialização na chamada revolução industrial inglesa.

No capitalismo haveria a centralização política – surgimento da ideia de Estado Nação – em oposição à fragmentação do período anterior. Surgia o absolutismo que centralizava o poder na mão do rei visando desta forma a reestruturação política e a intensificação do comércio europeu. Tais perspectivas associado às alterações materiais de uma Europa em mudanças, acentuava o imperativo de expansão econômica colocando a necessidade de anexação de outros territórios.

Foi nesse sentido que os Estados Nacionais como: Portugal, Espanha e Inglaterra incentivaram a descoberta de novas áreas de exploração de recursos minerais e com isso intensificou o processo de colonização de regiões fora da Europa. Foi no decorrer dessa época, sobre tudo com o progresso das grandes navegações que os continentes africanos e americanos passaram a integrar uma economia de exploração articulada aos interesses dessas

poderosas nações que desenvolviam o chamado capitalismo mercantil com forte teor expansivo.

Segundo a argumentação de Hobsbawm (1977) foi em fins do século XVIII que este sistema se expandiu, sobretudo com a primeira Revolução Industrial na Inglaterra. Esta pode ser caracterizada como um conjunto de mudanças que aconteceu na Europa nos séculos XVIII e XIX. A sua principal particularidade foi à substituição do trabalho artesanal pelo assalariado e sobre tudo com o uso das máquinas¹.

Este processo fez com que a o capitalismo Industrial consolidasse ainda mais seus tentáculos na Inglaterra para depois se expandir para os países da Europa e também para outros continentes. A base deste está associada ao controle e concentração dos meios de produção (terras, maquinário, etc.), visa à expansão constante de capital e o controle sobre a força de trabalho como meios de fortalecimento do lucro.

Nessa direção, com o passar dos anos a necessidade de desenvolvimento tecnológico para intensificação do lucro proporcionou o aperfeiçoamento das técnicas utilizadas no transporte das matérias primas para a indústria. O resultado foi à criação de um meio de transporte que substituía a força motriz animal. Surgia, então, na Inglaterra:

A estrada de ferro, arrastando sua enorme serpente emplumada de fumaça, à velocidade do vento, através de países e continentes, com suas obras de engenharias, e ponte formando um conjunto de construções que fazia as pirâmides do Egito e os aquedutos romanos e até mesmo a grande muralha da China empalidecerem de provento, era o próprio símbolo do triunfo do homem pela tecnologia. (HOBSBAWM, 1977, p.72).

A construção de ferrovias, nesse período, pode ser caracterizada como elemento máximo de expressão de modernidade e busca de ampliação de capitais. Sobre esse aspecto Hobsbawm (1997) destaca que,

Mal tinham as ferrovias provadas ser tecnicamente viáveis e lucrativas na Inglaterra [por volta de 1825-30] e planas para sua construção já era feitos na maioria dos países ocidentais, embora sua execução fosse geralmente retardada [...]. Neste ponto de vista os ocidentais conseguiram perceber que o triunfo do homem pela tecnologia os levaria ao caminho de progresso e modernidade (HOBSBAWM, 1977, p. 72).

Entretanto, o sistema capitalista tem como uma de suas premissas maior, investir capital para gerar mais capital. Assim, a Inglaterra ao intensificar o seu processo de expansão capitalista, por meio da Revolução Industrial, necessitava de novos mercados consumidores para adquirir seus produtos manufaturados. Com isso o Brasil passou a ser pressionado para

¹Essa mecanização da produção criou o proletariado rural e urbano, composto de homens, mulheres e crianças submetidos a condições precárias de trabalho no campo ou nas fábricas.

acabar com o sistema de escravidão. Este por sua vez, era considerado como um poderoso obstáculo aos interesses ingleses e também o desenvolvimento econômico do Brasil.

As necessidades de expansão do capital fez com que a Inglaterra vendesse para outras nações, inclusive o Brasil essa tecnologia, os materiais e a instalação da estrada de ferro. A esse respeito Tenório (1979) destaca que a evolução do capitalismo, na fase áurea da livre concorrência, teve repercussões favoráveis no desenvolvimento econômico e social do Brasil. E foi a partir da pressão inglesa que o Brasil abriu as portas para ingressar ao mercado capitalista mundial.

A estrada de ferro passou a ser o elemento fundamental da modernidade e do progresso brasileiro. Uma vez que atendia aos interesses de transporte da produção cafeeira. Como o Brasil era um dos maiores exportadores de café do mundo necessitava de novos meios para desenvolver sua economia.

Deste modo a estrada de ferro deu certo dinamismo à economia do país. O país passou a importar a tecnologia e os materiais ingleses. Conforme as argumentações de Tenório (1979) essa escolha revolucionariam o rumo da economia brasileira, uma vez que a expansão da cultura cafeeira possibilitou o aperfeiçoamento do arcaico sistema econômico brasileiro; ela forneceu grande parte do dinheiro, da técnica e de pessoal necessários ao início da industrialização brasileira que muito seria favorecida com o advento da estrada de ferro.

Nessa direção, desde o Primeiro Império a estrutura já fora mudando com o advento do café; à medida que este crescia, levava junto consigo a expansão da linha férrea. No entanto, essas estradas beneficiaram apenas algumas regiões e os interesses dos grandes latifundiários produtores do café, quando na realidade deveria ser os do Brasil. a consequência foi um desenvolvimento econômico desigual para o país.

Além dos interesses particulares, outros problemas ocorreram. Conforme argumenta Tenório,

O Segundo Reinado conseguiu, com sua política liberal de incentivos, vencendo imensas dificuldades, dotar o país de uma rede ferroviária. Não obstante, carregaram nesse afã, erros terríveis que, no futuro seria de difícil solução e com repercussão até o presente. Um deles era não ter dotado um plano de implantação do transporte ferroviário. Outro erro crasso foi não padronizar as bitolas, permitindo que cada estrada adotasse um tipo o que prejudicaria consideravelmente a integração e a racionalização do sistema. (TENÓRIO, 1979, p. 54)

A expansão dos transportes constitui uma etapa específica da história do Brasil. No entanto, sua gênese pode ser buscada na revolução industrial inglesa e nos interesses dos grandes produtores de café. A implantação dos trilhos colocava o país na senda da modernidade, uma vez que a própria ferrovia representava esse ideal. Porém, era pouco para

uma nação que almejava o progresso, assim, o ideário de industrialização começava a se delinear no contexto brasileiro. Essa perspectiva inicia certa oposição entre produtores de café e uma classe média urbana (CHAUL, 2010).

2. Urbanização e o ideário de nação: O progresso dentro da ordem

Na era moderna o processo de Urbanização iniciou-se com o surgimento das cidades como símbolo de segurança e proteção e também como concentração de poder político, econômico, social e cultural (CHAUL, 2010). A origem das cidades é quase tão antiga quanto à própria humanidade. No período clássico as cidades eram pouco povoadas, isso porque grande parte das pessoas concentrava no campo, uma vez que as atividades estavam ligadas diretamente ao cultivo da terra.

Deste modo predominava principalmente nos primórdios uma economia voltada para a manutenção dos grupos familiares. Em alguns casos o excedente era comercializado com o objetivo de suprir aquilo que não se conseguia produzir.

Na Idade Média o comércio retomou o desenvolvimento, e as disputas pela expansão de territórios foram inevitáveis. Fato que levou ao fim desse modelo de organização. Ocorreu também um processo de ‘sedentarização’ ou seja, uma maior concentração de pessoas em um só lugar, gerando os centros urbanos que viriam a se constituir as metrópoles européias da Idade Moderna.

A ideia de urbanização perpetuou com tanta força que prevalece na atualidade como carro chefe do processo de desenvolvimento. Conforme destaca Aristides Moysés,

No século XIX, Marx afirmou que o motor da história era a luta de classes. Nos anos 30 do século XX, Schumpeter, com sua teoria ‘da destruição criativa’, enfatizou que a classe revolucionária era a do empreendedor. Chegamos ao final do Século XX e deparamo-nos com uma crença generalizada de que as cidades, sobretudo as grandes metrópoles, serão o motor da história. Nessa perspectiva Jordi BORJA (1994:15) está convencido de que o século XX é o século das cidades. O século XXI será o da urbanização do mundo” (MOYSÉS, 2004, p. 31).

Historicamente esse processo pode ser evidenciado, não apenas pelo esvaziamento do campo, mas a dependência deste em relação às cidades. A autora Tânia Quintaneiro (2002) destaca que o esvaziamento do campo surgiu, com muito mais força em fins do século XVIII e XIX com denominado processo de Revolução Industrial na Inglaterra, que foi uma das impulsionadoras do êxodo rural e o desalojamento de milhares de famílias. Estas foram obrigadas a se deslocarem para os centros urbanos, ainda em formação, uma vez que a

sobrevivência em seus locais de origem já não era mais possível devido à concentração das terras nas mãos de poucos².

Este processo, posteriormente, foi fundamental para a formação de um excedente de força de trabalho nas chamadas cidades industriais. Neste sentido Hobsbawm (1977) reafirma que a cidade foi sem dúvida o mais impressionante símbolo exterior do mundo industrial, exceção feita à estrada de ferro, já a urbanização cresceu rapidamente após 1850. A ponderação acerca desse processo coloca a necessidade de reflexão, uma vez que nenhuma outra ‘inovação’ da era industrial inculcou tanto a imaginação humana da época quanto a ferrovia. Entretanto, o ideário de urbanização teve força mais duradora e constituiu-se como marca inegável de alguns países, cujo Brasil é um bom exemplo.

O processo de urbanização brasileiro pode ser caracterizado como uma das grandes forças na construção do ideário de nação, modernidade, e de progresso no final do século XIX e início do XX e, juntamente com ela os fluxos migratórios que favoreceram a ocupação do sertão, até então, visto como região inóspita a presença do homem civilizado. Deste modo, as cidades ‘modernas’ constituíram-se em locais de desenvolvimento, progresso e modernidade³.

Pode haver controvérsias sobre o fato de a cidade ser o melhor lugar de moradia, no entanto, ela desperta o interesse de muitos, além de convergir para o centro às decisões políticas. Serviu ainda como impulsionadora dos valores de uma sociedade moderna, em outros termos, capitalista. Proporcionando padrões de comportamento, gerando expectativas de mudanças; estigmatizando regiões, valorizando outras, extirpando determinados grupos e criando outros. Tudo em nome do progresso dentro da ordem.⁴

Assim, conforme destaca Chaul (2010) o ideário do progresso colocou o espaço urbano em oposição ao campo, este último, visto como atrasado, precisava, portanto ser superado. A ideologia do progresso estava posta em movimento, o ócio seria sobreposto ao negócio para fazer com que a América Latina, o “gigante adormecido”, se desenvolvesse. Deste modo, o florescimento e ampliação de cidades foi o caminho encontrado, mesmo sem as alterações necessárias no que concerne às desigualdades socio-regionais.

² Marx (2001) analisa esse processo a partir da realidade inglesa e denomina-o como cercamentos. Para o autor o “progresso do século XVIII consiste em ter tornado a própria lei o veículo do roubo das terras pertencentes ao povo” (p. 838).

³ Aristides Moysés (2004) destaca que no Brasil do século XX, num período de 57 anos, foram construídas três cidades artificiais no Planalto Central – Goiânia, Brasília e Palmas. Conforme as argumentações de Marcia Pelá (2014), o bioma do cerrado, considerado pobre, estava sendo incorporado à exploração capitalista por meio da implantação de cidades artificiais.

⁴ Segundo Chaul (2010) a concepção de progresso dentro da ordem tinha como objetivo proporcionar a modernização, o desenvolvimento econômico do país, mas sem, no entanto provocar alterações nas bases sociais, ou seja, mantendo intactos os interesses de grupos dominantes.

Para alguns o ideário de modernidade foi tardio, no entanto, muito bem orquestrado no viés de nação que a elite, ainda no período imperial, almejava alcançar. As ponderações de Emília Viotti a esse respeito é bastante sugestiva e demonstra a gênese da arquitetura do processo de idealização de nação, progresso e modernidade da elite brasileira. Para a autora,

A primeira tarefa dos homens que assumiram o poder depois da Independência foi substituir as instituições coloniais por outras mais adequadas a uma nação independente. Não se tratava de homens inexperientes que enfrentavam pela primeira vez problemas relacionados com política e administração. Eram, na sua maioria, homens de mais de cinquenta anos, com carreiras notáveis de servidores públicos, que haviam desempenhado vários cargos a serviço da Coroa portuguesa durante o período colonial e, por isso, estavam bem preparados para levar a cabo a sua missão (COSTA, 1999, p. 131).

Nessa perspectiva foi construindo um ideário de nação e de um progresso dentro da ordem. No entanto, conforme se buscou mostrar, tal idealização foi uma construção árdua e complexa. Esse projeto de nação teve, ainda, sua gênese nos primórdios das revoltas do período regencial (1831-1940) e fins do segundo Império como período marcado por constante instabilidade e revoltas nas mais diferentes províncias do Brasil⁵.

Deste modo, no chamado segundo império - depois com muito mais força com o fim da República Velha - foi se construindo um discurso visando estruturar as bases de uma Nação moderna. Esse discurso, veladamente, colocava em movimento a concepção de progresso dentro da ordem, uma vez que buscava manter a hierarquia social por meio da garantia do direito de propriedade sobre a terra.

Entretanto nas argumentações de Eduardo Reinato (1990, p.90) o autor explica que manter a ordem significa manter a continuidade das relações entre senhores e escravos, significa manter o monopólio da terra por uma minoria privilegiada que deleitava suas raízes desde a colônia. Ou seja, “urgia, então, na proposta dos arautos do liberalismo da Primeira República, construir a grande potência, apostar as fichas no desenvolvimento material do país e superar o atraso das regiões brasileiras”. (CHAUL, 2010, p.128).

E por esta linha de pensamento os liberais insistiam numa proposta de aversão ao caos. Foi o que Capelato observou que na visão dos representantes dos liberais e antiliberais, a ideia de progresso será a melhor saída para superar as dificuldades econômicas em relação às

⁵ Balaiada no Maranhão (1838-40); Cabanos no Pernambuco (1831-32); Sabinada na Bahia (1837-38); Cabanagem no Pará (1835-40) e a Farroupilha no Rio Grande do Sul (1836-45), ambas estiveram centradas em interesses locais das respectivas províncias. Os Farroupilhos tinham caráter separatista em relação ao Império e a criação de uma República no sul do Brasil (FAORO, 2001).

nações civilizadas. Com esta expectativa esses grupos andavam em rumos diferentes, mas tinham um mesmo objetivo, atingir o progresso dentro da ordem⁶. Ou seja

Os liberais não se mostravam adeptos das ideias exageradamente democráticas da revolução francesa. A tentativa de consolidar o progresso dentro da ordem explica a maior proximidade com o liberalismo do século XIX: admiravam o século das luzes – o progresso, o conhecimento e certas formas de governo, que ele produziu, mas tinha aversão ao caos, à anarquia, às revoluções que das quais suas ideias tinham provocado. (CAPELATO, 1989, p. 23)

Neste intuito a situação começa a mudar com o surgimento dos sentimentos de patriotismo e civismo, a partir dos conflitos externos. Este marco se concretizou com a Guerra do Paraguai (1864-1870). A partir da vitória brasileira, começaram a surgir símbolos que marcariam o sentimento de nacionalidade, entretanto com o advento da República pelos militares, reforça ainda mais esses ideais, sobretudo com o movimento de progresso e modernidade que já vinha como um ideário de prosperidade desde a fase imperial. Com a Proclamação da república esse objetivo foi intensificado, mas como suscita o próprio autor, levaria um tempo para até que se efetivassem de fato esse projeto de nação no cenário nacional.

O período do ciclo do café foi de fundamental importância, uma vez possibilitava as mudanças no sudeste do país devido à valorização do produto no mercado internacional. Os excedentes do comércio do café possibilitou uma maior estruturação principalmente para a cidade de São Paulo. Uma mentalidade urbana foi surgindo a partir da formação de uma burguesia urbana que se opunha a aristocracia produtora de café. A ideia de urbanidade e industrialização ganhava força.

Aristocracia e burguesia não se entendiam, porque ambas procuravam buscar fortalecer seus interesses políticos e econômicos. Essa divergência se arrastava há algum tempo. No entendimento de Chaul (2010) desde os tempos do Império a aristocracia cafeeira dominava a vida política do país, defendendo seus privilégios e interesses econômicos. Uma vez que a produção e exportação de café constituía principal produto da economia brasileira.

Contraditoriamente, com o tempo a economia cafeeira proporcionou mudanças e foi alterando a base de estruturação econômica do sudeste do país. Assim, os valores aristocráticos começaram a perder força em função de um outro grupo que surgia na região de maior desenvolvimento no Brasil. Estas transformações atingiram não só o plano econômico, mas

⁶ Segundo Chaul (2010) a concepção de progresso dentro da ordem tinha como objetivo proporcionar a modernização, o desenvolvimento econômico do país, mas sem, no entanto provocar alterações nas bases sociais, ou seja, mantendo intactos os interesses de grupos dominantes.

também políticos, sociais e culturais. A ideia de industrialização aparecia com mais força no imaginário da burguesia urbana de São Paulo.

A crise na exportação do café não foi apenas econômica, mas proporcionou instabilidade também, a hegemonia dos grupos defensores da grande lavoura e a medida que iam perdendo prestígio, tiveram de dividir espaço com os defensores da industrialização. Conseqüentemente, a contenção de novas classes ou grupos sociais se fazia necessária até mesmo como mecanismo de manutenção do direito de propriedade sobre a terra. Chaul (2010) destaca que no início do século XX notavam-se no país um crescimento populacional e um esforço concentrado em direção ao desenvolvimento vigoroso do mercado interno.

Tendo por base as ideias discutidas por Pelá (2014) sobre a ocupação do bioma do cerrado, esse processo de mudança colocou a necessidade não apenas de desenvolver o mercado interno por meio da anexação de outras regiões até então pouco povoadas do país. As frentes pioneiras de expansão trabalhadas por Chaul (2001) cumpriram, então dois objetivos. Um deles de anexação de outras regiões, conforme destacamos. A outra era a manutenção da hegemonia paulista que somente seria viabilizada pela expansão da fronteira agrícola de um lado e a urbanização do planalto central por outro.

No Brasil havia uma infraestrutura industrial deficitária ou quase inexistente e com um poder de investimento limitado. Desse modo, precisaria do estado para assumir partes dos investimentos. Nesse contexto a estrutura organizacional do império não mais atendia aos interesses dos grupos no sudeste do país, a República seria o caminho encontrado por eles no atendimento aos interesses da elite, tanto a aristocrática como a burguesa.

Uma vez instalada a República essa classe social (burguesia) pega coroa no o projeto nacionalista proposto por Getúlio Vargas. No entanto, conforme os argumentos de Chaul (2010) demorou um tempo até que a hegemonia paulista fosse consolidada. Esse período pode ser representado pela chamada república Velha. Diante dessa situação emergente de estruturar uma concepção de progresso, tanto os industriais como os aristocratas do oeste paulistas estavam em busca de protecionismo estatal para assegurar a supremacia de seus interesses.

No início de 1929 surgiu um impasse entre as elites dos principais Estados brasileiro, cuja situação levaria ao colapso da Primeira República. A princípio foram os desentendimentos gerados pela escolha de Washington Luís em lançar à presidência do país a candidatura de mais um paulista, Júlio Prestes, quando a vez seria dos mineiros. De outro lado a crise mundial com a quebra da bolsa de nova Iorque, ocorrida em plena campanha eleitoral

no Brasil que da qual provocou uma forte instabilidade no mercado interno. Com a crise internacional a cafeicultura ficou em situação complicada, pois provocou queda brusca nos preços do café no mercado externo.

Segundo Carvalho (1987) o setor cafeeiro e o governo federal se desentenderam, uma vez que os cafeicultores solicitaram a Washington Luís o enfrentamento da crise pela concessão de novos financiamentos e de uma moratória de seus débitos. O autor destaca ainda que Washington Luís procurou manter-se neutro diante dessa questão, mas recusou-se à proposta dos cafeicultores. Onde as elites já não mais se reconheciam nos seus representantes.

Houve uma onda de descontentamentos pelo fato de os interesses da classe dominante não terem sido atendidos. Uma nova configuração política e econômica se fazia necessária para enfrentar a crise de um lado e conter os levantes sociais de outro, uma vez que o número de trabalhadores urbanos havia crescido muito, sobretudo com a intensificação da migração estrangeira para o país. Nessa conjuntura Getúlio Vargas assumiu a presidência do Brasil em 1930.

A instabilidade era grande e necessitava de medidas urgentes, desse modo Vargas rapidamente adotou medidas buscando conciliar os interesses dos aristocratas, dos setores representantes da indústria e também da classe trabalhadora. O viés encontrado foi o discurso de desenvolvimento nacional, do qual a Marcha para o Oeste foi o grande mote para a ocupação do interior do Brasil.

Direcionado a essas questões de cunho ideológico a argumentação de Teixeira (2004) é bastante sugestiva, o autor destaca que este discurso nacionalista e a sua pretensão de criar uma ideia de nação pela via da modernização do território alcança vigor. Porém esse movimento só veio se concretizar de fato, no pós-Revolução de 1930 com a política de Vargas de industrialização e urbanização, como forma de materializar a ideia de modernidade, inclusive para o interior do Brasil. A via encontrada foi à construção de cidades artificiais no sertão do Brasil, a capital de Goiás foi o ponto de partida.

Assim, a concepção de progresso dentro da ordem, a expansão do sistema capitalista e a urbanização por meio da construção da nova capital do Estado de Goiás, fez acelerar a ocupação do sertão. Neste sentido Goiânia foi uma das marcas deixadas pela Marcha para o Oeste, que tinha como uma de suas pretensões ligar o interior do país às regiões litorâneas. O ideário de progresso e modernidade tinha outros empreendimentos ainda por serem materializados. A construção de Brasília e Palmas, posteriormente, acelerado pela Marcha para o Oeste, que podem ser vistas como o fechamento da primeira etapa desse processo.

2.1. Marcha para Oeste e o desenvolvimento do Planalto Central

A Marcha para o Oeste⁷ se tornou um propulsor de fundamental relevância para o desenvolvimento do Centro Oeste do Brasil e, em especial Goiás. Este movimento promoveu um dos mais significativos movimentos de diáspora⁸ no país. As desigualdades econômicas, políticas e sociais entre as regiões do Brasil, juntamente com um discurso de modernidade, foi um dos grandes influenciadores nesse processo de movimentação interna cujo objetivo era a ocupação do norte e da Amazônia via estado de Goiás.

Nessa perspectiva a expansão Capitalista, a Urbanização, o ideário de Modernidade, juntamente com a Marcha para o Oeste, concentram os condicionantes históricos importantes no processo de tentativa de ocupação do planalto central por meio dos movimentos migratórios de grupos oriundos da região norte e principalmente nordeste do país. No entanto, sem alterações na estrutura social brasileira.

Para dar sequência ao ideal de modernidade, e de progresso dentro da Ordem, originário do período imperial, era preciso não apenas assumir uma bandeira em torno dessas concepções. Era preciso materializá-la, torná-la visível. O projeto da Marcha para Oeste surgiu com esse objetivo. Assim, era de suma importância proporcionar o desenvolvimento do Planalto Central; o Estado de Goiás foi exemplo dessa perspectiva. Alterações significativas foram realizadas e a maior delas pode ser representada na construção de cidades capitais modernas no interior do Brasil.

Após a Revolução de 1930 esse discurso de Progresso e Modernidade⁹ foi disseminado, difundido e colocado em prática pelos novos líderes no poder nacional. Na concepção destes era notória a necessidade de povoar o interior do Brasil. Conforme Moraes (2003). “foi a partir do Movimento de 1930, com a Marcha para o Oeste, cujo objetivo era a ocupação da região Norte a partir de Goiás em direção à Amazônia, que ocorreu verdadeiramente o processo de ocupação do Centro-Oeste do país”

⁷ Marcha para o oeste foi uma ideologia política desenvolvimentista, de criação de novos centros urbanos e desenvolvimento econômico cujo objetivo era ocupar a região norte a partir de Goiás rumo à Amazonas.

⁸ Diáspora é um substantivo feminino com origem no termo grego "diáspora", que significa dispersão de povos, por motivos políticos ou religiosos. No trabalho ele está relacionado especificamente a questão econômica e de acordo com os estudos Pós-culturais reflete também sobre os impactos da migração no agente que sofre a ação violenta desse processo.

⁹ Conforme Chaul (2010, p. 235-236) Progresso é conceituado como, o culto e a rejeição do passado. Como forma de introduzir Goiás no cenário nacional. Modernidade, sinônimo de progresso à época, era o manto que cobria a mudança da capital.

Em função desse processo a região centroestina foi aos poucos sendo redimensionado, um processo lento, mas constante, no qual a Marcha para Oeste deu impulso significativo à mesma. Nesse contexto, a ideia de uma nova capital atenderia bastante aos objetivos políticos de ocupação do planalto central e também aos interesses ideológicos de progresso dentro da ordem e expansionistas do capital por meio da anexação das terras do cerrado.

Sobre a ocupação do planalto central o movimento da Marcha para o Oeste assumiu uma conotação central no sentido de proporcionar as mudanças necessárias para a ocupação desse espaço. O ideário de modernidade foi utilizado com muita força no instante em que apresentava uma concepção construtiva, com novas perspectivas de desenvolvimento para a região. Esse movimento era fundamental para impulsionar os mais diferentes grupos, inclusive o grande capital que proporcionaria a transformação do sertão, visto enquanto lugar inóspito, distante e impróprio à moradia (PELÁ, 2014).

Nas argumentações de Moraes (2003) “esse movimento tinha como objetivo a partir da Revolução de 30 induzir a formação de novos centros urbanos e econômicos e o estabelecimento de agroindústrias”. A concepção de modernidade política adotada pelos grupos que assumiram o poder nos anos 1930, se materializava por meio da implementação de uma nova fase para o capitalista no país. A transformação do Centro Oeste com destino ao nordeste e a Amazônia foi fruto dessa idealização. No entanto, as bases para a industrialização se concentraram na região de São Paulo. Mesmo assim, no futuro, uma era de fortalecimento para a região centroestina se desenvolveria por meio do agronegócio, aspecto que mudaria para sempre a história do Planalto Central.

A construção de três cidades estratégica e ideologicamente muito bem pensada, elaborada, planejada e sobre tudo estrategicamente arquitetada, cada uma no seu devido tempo e espaço foi possibilitando aos poucos o povoamento do interior do Brasil. Das três cidades, Goiânia foi preconizada por Pedro Ludovico Teixeira e apoiada por Getúlio Vargas, tornando-se mais tarde o triunfo da consolidação de Ludovico na política local e a sedimentação do projeto de desenvolvimento e progresso dentro da ordem em âmbito nacional.

Neste sentido é impossível trilharmos pelos caminhos da historiografia goiana sem mencionar a figura de Pedro Ludovico como um dos principais articuladores e idealizadores da construção de uma nova capital para o Estado de Goiás. Vale lembrar que o grande feito de Pedro Ludovico, ainda como interventor de Goiás, foi se aliar ao projeto nacional

desenvolvimentista, uma vez que, conforme argumenta Chaul (2010), ele era apenas uma peça no tabuleiro do jogo político que se iniciava no país.

A concepção de Modernidade adotada pelos arautos de 1930 deve ser compreendida a partir da ideologia de Progresso, entendida por esses grupos como o culto do novo e a rejeição do passado, como forma de inserir, cada vez mais, Goiás no cenário nacional. Este Progresso conduziria o estado no caminho do desenvolvimento econômico e social, bem como promoveria a modernização dos meios de produção e o avanço cultural de Goiás. (CHAUL, 1997, p. 231)

Nessa direção o então governador, utilizando-se do saber médico, dava início a uma nova era de perspectivas e prosperidade para o Estado de Goiás e com isso possibilitaria o impulso ao processo de modernização por meio da urbanização, conseqüentemente a migração seria o caminho viável, uma vez que Goiás não disponibilizava de mão de obra para dar continuidade a um projeto de tamanha envergadura. Por outro lado atendia aos interesses político, econômicos e ideológicos; um deles era o de povoamento do interior do Brasil.

Nessa concepção o projeto de construção e transferência da capital goiana apresentado por Pedro Ludovico Teixeira, pouco tempo depois de assumir o poder, inseriu-se de imediato ao projeto do poder central que tinha como principal objetivo intensificar o ideário de modernidade para o interior do Brasil. Na concepção de Chaul (1988) a edificação de uma nova Capital tinha como grande objetivo trazer o progresso para os proprietários de terras, para os grupos oligárquicos e para os capitalistas em geral.

Na perspectiva apresentada anteriormente, Goiânia foi construída para atender os interesses do grande capital. E neste sentido ela seria uma capital voltada para os interesses do sul e sudoeste do estado. Nesta direção Chaul (2010) argumenta que a ideia da nova capital seria o caminho para sintonizar Goiás com o novo Brasil que se anunciava. Ela era a alegoria do progresso e da modernidade. Portanto:

A nova capital deveria representar algo completamente diferente. Uma cidade que trouxesse em si mudança política, a substituição das antigas oligarquias por novas, a mudança da tradicional arquitetura da colônia portuguesa pela arquitetura da modernidade, representando a internacionalização do futuro (COELHO, 1997, p. 21).

A construção de Goiânia despertou nas pessoas que chegavam para Goiás uma expectativa de um novo ideal de vida, de mudança e modernidade. Assim, a migração se fez intensa não somente para a nova capital, mas também para as demais regiões do Estado em função das terras disponíveis para a agricultura que por meio das frentes pioneiras de expansão estavam sendo ocupadas e se constituíam posteriormente no agronegócio, atendendo assim aos interesses capitalistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história tem como um de seus objetivos tencionar, buscando elucidar o sentido e o caráter das trajetórias e transformações humanas no transcorrer do tempo e do espaço. Desta maneira, para compreender a movimentação humana no contexto brasileiro da década de 1930 tornou-se indispensável a análise dos condicionantes históricos que colocou o território goiano o ponto central no processo de ocupação do interior do Brasil.

Dentro do território brasileiro observa-se que sempre houve este deslocar de pessoas de uma região para outra devido à extensão territorial de um lado, e o crescimento regional desigual por outro. Entretanto discutir sobre os condicionantes históricos da migração tornou-se algo essencial, uma vez que possibilitou compreender o processo de ocupação do sertão brasileiro como algo intencional e ideologicamente planejado para não alterar a hierarquia social existente no país.

Compreender esse processo colocou a necessidade de trazer a tona os condicionantes históricos que corroboraram para o fenômeno migratório a partir da década de 1930, mas que conforme salientamos, teve suas origens ainda no período do império, gestadas por uma elite ciosa pela manutenção de seus privilégios econômicos, políticos e socioculturais. Portanto, a busca das elites do sudeste do país por hegemonia esteve constantemente presente no ideário de nação brasileira forjada por esses grupos, mesmo que a custo do sofrimento de parcela da população.

O termo migração de povos traz em sua gênese uma amplitude muito grande de assuntos, o que por sua vez, o torna extremamente complexo no âmbito da discussão. Lidar com esse fato é acima de tudo, lidar com pessoas e seus modos de vida. E em um aspecto maior também é lidar com um contexto nacional que foi forjado visando atender os interesses de um único grupo dessa estrutura social. , ou seja, é perceber que a década de 1930 foi bombardeada por propagandas que apregoavam e vendiam um ideal de modernidade.

Assim povos de outras localidades viram-se atraídos para a região centro-oeste, uma vez que esta representava de fato, uma onda avassaladora de modernidade materializada na construção de uma nova capital. Observa-se no discurso que se fazia vigente nos anos 30 que a modernidade se ligava diretamente com o que era bom, logo tudo que fosse considerado arcaico e atrasado era tido como ruim.

Assim sendo, regiões e grupos de pessoas automaticamente foram classificados por essa perspectiva e sobre esse prisma, seus locais de origem já não mais representavam as

condições mínimas para sobrevivência. Olhando a situação da diáspora nordestina sobre essa ótica modernizadora se percebe que o discurso modernizante desencadeou a necessidade psicológica de mudança para estruturas mais modernas. Era necessário apagar de uma vez por todas a marca de “atraso” que se fazia notável em algumas regiões do país, logo seus representantes assumia tal característica.

Mudanças estruturais exigem por sua vez – para além de ideias – braços. A propaganda modernizante que se fez ecoar em alto e bom som Brasil a fora, gerou em alguns a esperança de mudança. O anseio que a principio afligia as camadas mais altas agora se fazia sentir também na parcela mais “comum” do povo Brasileiro, que ao deixarem seus locais de origem, saiam em busca daquilo que – pelo menos naquele momento histórico – era concebido como algo positivo, portanto, legal.

Neste caso os motivos utilizados para o deslocamento de pessoas tinha como base o discurso de progresso. Este era o sinal de que aquela região era o lugar que proporcionaria uma série de perspectivas de mudanças e transformação de vidas. No campo do discurso o que se construiu foi um novo ideal de prosperidade econômica tanto para os trabalhadores potenciais quanto para os empreendedores.

A Marcha para o Oeste foi fundamental para conclusão do projeto de ocupação do interior do país. Assim, Goiânia foi o catalisador para as transformações em curso, por isso esbanjava nas propagandas para que o o Planalto Central, até então inóspito para a ocupação, começasse a ser visto com outros olhos em relação às condições de antes, a edificação de mais duas cidades capitais podem ser vistas como a consumação na busca pela ocupação do sertão goiano.

REFERÊNCIAS

CHAUL, Nasr N. Fayad . **Os caminhos de Goiás: Da construção da decadência aos limites da modernidade.** UFG Goiânia 2010

_____. **A construção de Goiânia e a transferência da Capital.** UFG: Goiânia 1988.

CARVALHO, José Murilo de, Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi In: **A Revolução de 1930.** Companhia das letras, São Paulo 1987 p.178-183.

CAPELATO, Maria Helena. Os arautos do liberalismo: Imprensa paulista (1920-1945). Brasiliense São Paulo, 1989.

COELHO, Netto, José Teixeira. **O que é utopia**. Brasiliense São Paulo 1988.

COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brail. In: **Da monarquia à República: momentos decisivos**. 7. ed. São Paulo: fundação Editora da Unesp, 1999. p. 19-60.

HOBSBAWM, J. Eric A Era do Capital 1848-1857 In: **A cidade, A indústria, A classe trabalhadora**. Paz e Terra São Paulo p.317-348.

_____. A Era das Revoluções In: **A Revolução Industrial**. Tradução Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Ed. Paz e Temi Rio de Janeiro 1977 p.49 -82.

MARX, Karl. **O Capital**: extratos por Paul Lafargue. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

MAX, Karl e ENGELS, Friedrich, O Capital In: **Manifesto do partido Comunista**, 1848.

MOYSÉS, Aristides. **Metrópole não planejada**. Editora da UCG, Goiânia 2004, p.131.

MORAIS, Lucia Maria, A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas. In: **A Marcha para o Oeste e o desenvolvimento do Planalto Central**. 2ª ed. PUC-GO Goiânia 2003 p. 76-90.

PELÁ, Márcia Cristina Hizim **Uma nova (Des)ordem nas cidades: [manuscrito] o movimento dos sujeitos não desejados na ocupação dos espaços urbanos das capitais do cerrado – Goiânia, Brasília e Palmas** UFG Goiânia 2014.

QUINTANEIRO, Tania, BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira e Márcia Gardênia de Oliveira. Um toque de clássico: Marx, Durkheim, e Weber In: **Mudanças resultantes da industrialização**. 2. ed. Belo Horizonte: editora UFGM, 2002. p. 10.

REINATO, Eduardo José. **As reformas de 1850 e a poupança da mão-de-obra escrava** Estudos, Goiânia, 1990.

TENÓRIO, Douglas Appanato Capitalismo e Estado de Ferro no Brasil In: **O Brasil na Segunda Metade do Século XIX, e o capitalismo Inglês e a Dominação da Economia Brasileira**. Edufal, 1979 p.13-34.

TEIXEIRA Antônio Neto [et al]; org. [por] Horieste Gomes. O Espaço goiano: Abordagem geográfica. In: **As políticas territoriais no sertão e a criação de Goiânia**. Associação dos Geógrafos Brasileiros Goiânia 2004 p.102-141.